

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.455 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2002

Relator afirma que TSE alterou regras das eleições

PÁGINA 5

Comissão mista aprova pena maior para crimes de corrupção

Projeto, a ser votado ainda pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, prevê que apenas o condenado que devolver aos cofres públicos os recursos ilegalmente desviados poderá beneficiar-se do regime semi-aberto de reclusão



Aécio e Tebet recebem os primeiros sete projetos de lei prontos para entrar na pauta da Câmara e do Senado

Jane de Araújo

O aumento da pena para os crimes de corrupção ativa e passiva foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Segurança. Atualmente variando de um a oito anos, essa pena pode ser fixada entre dois e 12 anos. O projeto, que ainda será votado pela Câmara e pelo Senado, restringe o benefício da progressão de regime (por exemplo, sair do regime fechado para o semi-aberto) ao condenado que devolver aos cofres públicos os recursos ilegalmente desviados. Os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, receberam da comissão os primeiros sete projetos de lei prontos para entrar na pauta. Tebet previu que até junho todas as matérias estarão votadas. Relatórios sobre propostas que restringem o porte de armas podem ser discutidos na comissão a partir de hoje. Subcomissões como as que tratam da reestruturação das polícias estão com trabalho adiantado.

PÁGINA 3



Célio Azevedo

Presidida por Alcântara, a comissão aprovou convite ao presidente do Cade para discutir a aquisição da fábrica de chocolate

CAE debaterá compra da Garoto pela Nestlé

PÁGINA 6

Greve não pode prejudicar vestibulando

Comissão de Educação acolheu projeto que garante matrícula de aluno aprovado em exame de acesso a curso superior.

PÁGINA 4

A relatora Marluce Pinto discute a proposta na Comissão de Educação



10/03/02

Cabral apresenta hoje relatório final da reforma do Judiciário

Texto consolida mudanças aprovadas pela Comissão de Justiça ao parecer parcial. Proposta será encaminhada à discussão do Plenário, onde os senadores poderão apresentar novas emendas

Cinco mulheres recebem diploma Bertha Lutz

Durante a sessão plenária de hoje, será entregue o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco personalidades femininas que contribuíram com a defesa dos direitos da mulher: deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP); Maria Berenice Dias, desembargadora do Rio Grande do Sul; Maria



Iniciativa da homenagem partiu de Emilia Fernandes

Isabel Lopes, secretária municipal de Fortaleza; Heleith Bongiovani Saffioti, socióloga e professora de São Paulo; e Herilda Balduino de Sousa, advogada no Distrito Federal.

O diploma foi instituído em 2001 a partir de proposta da senadora Emilia Fernandes (PT-RS). As premiadas são escolhidas por conselho formado por representantes dos partidos com assento no Senado. O conselho é presidido pela senadora Emilia Fernandes e integrado pelos senadores José Alencar (PL-MG), Ademir Andrade (PSB-PA), Marluce Pinto (PMDB-RR), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Wellington Roberto (PTB-PB).

Nascida em 1894, Bertha Lutz foi uma das pioneiras na defesa dos direitos da mulher no Brasil, tendo abraçado, no início do século passado, a causa do voto feminino.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresenta hoje, às 10h, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o seu relatório final sobre a reforma do Judiciário, elaborado após a votação das emendas ao parecer inicial. Depois da aprovação desse texto consolidado pelos membros da comissão, o parecer segue para o Plenário, onde poderão ser apresentadas emendas durante os cinco dias de discussão em primeiro turno.

No Senado desde o ano passado, a reforma do Judiciário tem sido amplamente discutida. Segundo Cabral, também presidente da comissão, a expectativa é a de que não sejam apresentadas muitas emendas em Plenário, tendo em vista que a CCJ já decidiu acerca de grande número de sugestões. Cabral está confiante na rápida votação da matéria em Plenário, diante de compromisso assumido pelo presidente da Casa, senador Ramez Tebet, com os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, e do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Costa Leite.

"LEI DA MORDAÇA"

O exame da reforma do Judiciário vem ocupando os trabalhos da CCJ desde o início do ano legislativo, o que provocou acúmulo de mais de 50 itens em sua agenda, devendo parte deles ser analisada na reunião de hoje. Entre essas matérias está o projeto do governo que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal nos casos de abuso de autoridade. A proposta, apelidada de "Lei da Mordaça", tem o



Bernardo Cabral, relator, disse confiar em rápida aprovação da reforma pelo Senado

senador Bello Parga (PFL-MA) como relator.

Conforme o projeto, o membro do Ministério Público, magistrado ou autoridade policial que deixar chegar aos meios de comunicação informações a que teve acesso no desempenho da função estará sujeito a pena de detenção de seis meses a dois anos, além de pagamento de indenização.

Os senadores da CCJ voltam a analisar relatório do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável ao projeto do deputado Jair Menequelli (PT-SP) que concede anistia aos dirigentes sindicais e trabalhadores punidos por participarem da greve dos petroleiros em 1995.

Também deve ser examinada a proposta de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) determinando que a lei orçamentária deve ser acompanhada de informações sobre obras públicas inacabadas. O relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), é favorável à matéria, de acordo com substitutivo que apresentou.

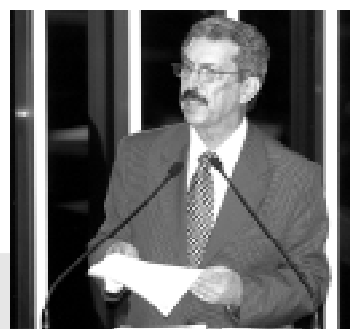
CPI ouve diretor do Grupo Carrefour

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o roubo de cargas em todo o país volta a se reunir hoje, às 14h30, para ouvir depoimento do diretor de assuntos corporativos do Grupo Carrefour, João Carlos de Figueiredo Neto.

Em dois anos de funcionamento, a CPI realizou 20 audiências públicas e ouviu cerca de 100 pessoas, entre testemunhas, vítimas e suspeitos de envolvimento com

quadrilhas. Os integrantes da comissão realizaram audiências públicas em cinco estados e pediram a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal de dezenas de pessoas e empresas.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI teve seu prazo de funcionamento prorrogado até o fim deste ano. Segundo estimativas, o roubo nas rodovias brasileiras causa prejuízo de cerca de R\$ 600 milhões por ano ao país.



Cerca de cem pessoas já prestaram depoimento à comissão, presidida pelo senador Romeu Tuma



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h15 - Recebe Hassime Bouzid, embaixador da Tunísia, acompanhado de Habib BenYahia, ministro dos Negócios Estrangeiros
11h - Recebe representantes do Sindilegis, Assefe, Alesfe, Ascip e Assissefe
11h30 - Recebe Albertino Nunes Ferreira, prefeito de Jaraguari (MS)
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: discussão, em turno único, da MP nº 9/01, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que trata a Lei nº 9.138/95; MP nº 11/01, cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem; MP nº 12/01, abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional no valor global de R\$ 86 milhões, para os fins que especifica; PLC nº 125/01, altera o art. 98 da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; PR nº 1/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 100 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 2/02, autoriza a União a conceder garantia a operação de crédito externo a ser celebrada entre o BNDES e o Japan Bank for International Cooperation (JPIC) no valor equivalente a até US\$ 300 milhões; discussão, em turno único, da PEC nº 3/00 (tratando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o caput e os parágrafos 4º, 6º, 11 e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; entre outras matérias.

COMISSÕES

9h - Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3
10h - Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15
11h - Comissão Mista de Segurança. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2
11h30 - Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13
14h30 - CPI do Roubo de Cargas. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edson Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão aprova aumento de pena para corruptos

Texto de autoria do deputado Moroni Torgan estabelece que corrupção seja punida com até 12 anos de reclusão e condenado só tenha direito a mudança de regime após devolver aos cofres públicos os recursos desviados ilegalmente

A Comissão Mista de Segurança aprovou ontem o aumento da pena para os crimes de corrupção ativa e passiva, que será fixada entre dois e 12 anos de reclusão, além de multa – atualmente, a pena varia de um a oito anos. Conforme o texto, de autoria do deputado Moroni Torgan (PFL-CE), só poderá se beneficiar da progressão de regime (por exemplo, sair do regime fechado para o semi-aberto) o condenado que devolver aos cofres públicos os recursos desviados ilegalmente.

– Quero impedir que o corrupto se aproveite das benesses da lei sem que tenha ressarcido o Estado do dinheiro que não lhe pertence – afirmou Moroni Torgan.

Hoje, os punidos por corrupção,

que não é considerada crime hediondo, têm direito aos benefícios da prisão semi-aberta ou aberta após cumprirem um sexto da pena. O objetivo de Torgan é tornar mais dura a legislação penal.

Mas não foi esse o entendimento de alguns parlamentares. O deputado Wilson Santos (PSDB-MS) disse que a legislação não deve conter nenhum dispositivo que permita benefícios no cumprimento das penas pelos chamados criminosos do colarinho branco. Acrescentou que o ressarcimento do dinheiro desviado deveria ser obrigatório, independentemente da concessão de vantagens aos condenados.

O deputado Marcos Rolim (PT-RS) defendeu alterações na legis-

lação penal, a fim de criar condições para que a devolução dos recursos seja prática corriqueira. No entanto, ele chamou atenção para uma tendência no Congresso de aprovação de propostas que agravam penas. Rolim disse que os parlamentares têm preferido o discurso “de natureza eleitoral”, facilmente aceito pelo cidadão que não tem informações sobre Direito e sobre experiências internacionais de combate à criminalidade. Na avaliação do parlamentar, o Brasil corre o risco de adotar medidas opostas às que vêm sendo tentadas pelas principais democracias.

– Esses países sabem que o encarceramento é uma das causas do crime. Nas prisões, o delinqüente se habilita a praticar crimes mais



Proposta aprovada pela comissão mista provocou debates principalmente em relação ao ressarcimento dos recursos desviados por corruptos

graves – comentou o deputado.

De acordo com Rolim, entre os países democráticos apenas os Estados Unidos adotam caminho in-

verso. Como resultado, informou, naquele país há dois milhões de pessoas presas, com gastos anuais de US\$ 2 bilhões.

Subcomissão de Cinema fará audiências públicas

A Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática aprovou ontem requerimento para a realização de audiências públicas destinadas a debater a Medida Provisória nº 17, que trata da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica.

De autoria do presidente da subcomissão, senador Freitas Neto (PSDB-PI), e do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), o requerimento solicita, ainda, a continuação dos debates sobre a MP que criou a Agência Nacional de Cinema. Essa medida provisória estabelece os princípios gerais da política nacional de cinema e trata da Condecine em seu artigo 32. Freitas Neto avisou que pretende definir os nomes dos convidados para as audiências públicas na próxima semana e solicitou a contribuição dos demais senadores.

A subcomissão também aprovou requerimento de Roberto Saturnino para a realização de discussões conjuntas com a Comissão de Educação acerca da medida provisória que trata da participação, em até 30%, do capital estrangeiro nas empresas de comunicação. O presidente alertou para o fato de que, regimentalmente, a matéria só deverá ser submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele comprometeu-se a solicitar ao presidente da Comissão de Educação que o requerimento seja votado na próxima terça-feira.

Tebet diz que propostas serão votadas até junho

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem, ao receber os primeiros sete projetos de lei prontos para entrar na pauta, que até junho todas as propostas elaboradas pela Comissão Mista de Segurança Pública estarão votadas. Tebet disse que a apresentação dos substitutivos elaborados pela comissão demonstra que “o Congresso Nacional está respondendo ao anseio da sociedade por segurança e dando aos demais Poderes (Executivo e Judiciário) melhores meios de combate à violência”.

Com apoio das lideranças, os projetos iniciam de imediato a tramitação, em regime de urgência, pela Câmara dos Deputados. Um deles, elaborado pela sub-relatora do grupo que examina os crimes contra a

vida e o patrimônio, deputada Laura Carneiro, tipifica os crimes de seqüestro-relâmpago e os ocorridos em transporte coletivo como crimes hediondos e agrava em até dois terços as penas de criminosos que utilizarem menores.

Já o sub-relator do grupo que estuda mudanças no Código de Processo Penal, deputado Luiz Antonio Fleury, apresentou seis projetos e adotou mecanismos para diminuir, até pela metade, os prazos do processo penal e tornar mais severa a legislação.

Durante a entrega dos projetos, o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, congratulou-se com Tebet por ter tomado a iniciativa de convocar os líderes durante o processo para constituir a Comissão

Mista de Segurança Pública. O presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), prometeu que, semanalmente, novos relatórios parciais serão divulgados, e garantiu que será cumprido o prazo de 60 dias para realização dos trabalhos. Já o relator-geral, deputado Moroni Torgan, ressaltou que, ao apresentar resultados práticos em menos de um mês, a comissão correspondeu à determinação dos presidentes da Câmara e do Senado.

Compareceram à solenidade os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Arlindo Porto (PTB-MG) e vários deputados. Todos garantiram que a tramitação das propostas sobre segurança será acelerada, sem prevalência de interesses partidários ou pessoais dos parlamentares.

Hartung defende programa mínimo de segurança

O Senado deve iniciar negociações com o Executivo em torno de um programa mínimo de segurança pública que sirva de base para um amplo acordo entre o governo federal e os governos estaduais, defendeu o senador Paulo Hartung (PSB-ES) ontem.

Para o senador, esse programa mínimo deve incluir as sugestões contidas na edição de fevereiro da revista *República/Primeira Leitura*, entre as quais destacou a criação da Câmara de Gestão do Combate à Violência, nos moldes da instituída para enfrentar a crise de energia. Outra sugestão é a de criar forças-tarefa, já que o combate à violência

não pode esperar pela reorganização dos serviços de segurança pública, opinou o senador.

Hartung enfatizou ainda a importância de reaparelhar as polícias, aumentar os salários dos policiais e sanear as corporações, combatendo os focos de corrupção e instituindo formas de investigação independente.

Com a constituição da Comissão de Segurança, Hartung acredita que



Paulo Hartung sugere entendimento do Senado com o Executivo

o Congresso está mostrando sensibilidade. Entre as matérias mais urgentes, ele citou a MP que amplia as atribuições da Polícia Federal e o projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que aumenta a pena do criminoso que se valer da participação de menores de

18 anos. Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) considerou as sugestões de Hartung consistentes.

Restrição a armas de fogo deve ser examinada hoje

Os relatórios sobre as propostas que restringem o porte de armas devem estar prontos para votação pela Comissão Mista de Segurança hoje, a partir das 11h. O deputado Custódio de Mattos (PSDB-MG), relator do grupo de trabalho que também analisa projetos sobre prevenção criminal, anunciou a elaboração de dois relatórios.

O primeiro relatório tratará das penas alternativas às de prisão, do cadastramento dos proprietários de telefones celulares pré-pagos e do tráfico de armas. Em outro texto, Custódio de Mattos abordará as restrições ao porte de armas e a punição do crime de receptação de armas.

O relator deve propor a proibição do porte de armas, que ficaria limitado às polícias e às Forças Armadas. Cidadãos comuns, desde que devidamente habilitados, poderão possuir armas de fogo em suas casas. Outra novidade no relatório deve ser o agravamento das penas para quem cede armas para menores de idade.

Outras subcomissões também estão com seus trabalhos adiantados. Hoje poderão ter início as discussões sobre as propostas que reestruturam as polícias e sobre os projetos que tratam dos crimes de narcotráfico e de lavagem de dinheiro.

Prejudicado por greve pode matricular-se em faculdade

Comissão aprova projeto determinando que atraso na liberação de diploma de ensino médio não deve dificultar acesso a ensino superior

O atraso na liberação de diploma de ensino médio causado por greve de professores não deverá mais prejudicar a matrícula de estudantes aprovados em exames de acesso ao ensino superior. A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, por 12 votos a 4, em caráter terminativo, parecer favorável a projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que assegura a matrícula do aluno prejudicado e exige a apresentação do diploma até 30 dias após o término do período letivo.

A aprovação do projeto ocorreu após longo debate sobre substitutivo contido em voto em separado da senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Segundo o substitutivo, as instituições escolares poderiam constituir comissões temporárias, com a participação de servidores ou docentes, com o objetivo de solucionar pendências, como declarações, certifica-

dos ou diplomas durante o período de greve.

Ao analisar a proposta, a relatora Marluce Pinto (PMDB-RR) sugeriu a Emilia que apresentasse novo projeto, uma vez que o ano legislativo seria curto, por causa das eleições, e qualquer modificação no texto inicial poderia atrasar a sua aprovação.

O autor do projeto, Carlos Bezerra, disse que o direito de greve não poderia prejudicar outro direito, o de os alunos se matricularem no ensino superior. Em defesa do substitutivo, Marina Silva (PT-AC) alegou que a aprovação do projeto original provocaria o enfraquecimento do direito de greve. Por sua vez, Gerson Camata (PMDB-ES) apontou

um defeito no substitutivo: o poder que os próprios professores teriam sobre os alunos na comissão proposta por Emilia. Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) considerou "corporativista" a proposta de Emilia, enquanto os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Moreira Mendes (PFL-RO) também apoiaram o projeto de Carlos Bezerra.



Projeto de Carlos Bezerra obteve 12 votos favoráveis na Comissão de Educação

Nomeados integrantes da Subcomissão de Esportes

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), nomeou ontem os integrantes da Subcomissão de Esportes, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais para o setor. De caráter permanente, ela nasceu de recomendação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que analisou, no ano passado, os problemas do futebol brasileiro.

Integrarão a subcomissão, como titulares, os senadores Valmir Amaral (PMDB-DF), Maguito Vilela (PMDB-GO), Geraldo Althoff (PFL-SC), Leomar Quintanilha (PFL-TO), Benício Sampaio (PPB-PI) e Luiz Otávio (PPB-PA). O colegiado deve ser instalado neste mês.

Ainda na reunião de ontem, a comissão aprovou dois projetos de lei da Câmara estabelecendo o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, em 26 de maio, e o Dia do Bacharel em Turismo, em 27 de setembro — data em que se ce-



A reunião da Comissão de Educação foi presidida por Ricardo Santos

lebra o Dia Mundial do Turismo.

O presidente da comissão anunciou a realização, hoje, de audiência pública sobre o projeto que regulamenta os estágios. Participarão o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Felipe Maia, o consultor do Senai Nacim Walter Chieco, e os professores Germano Coelho, superintendente executivo do Centro de Integração Empresa-Escola, e Carlos Augusto Abicalil, secretário de Projetos e Cooperação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Receberam ainda pareceres favoráveis projetos de decreto legislativo garantindo autorização para serviços de radiodifusão.

Carlos Wilson quer estágio obrigatório para estudantes

Projeto apresentado ontem pelo senador Carlos Wilson (PTB-PE) institui a obrigatoriedade de que estudantes formados por universidades públicas federais prestem serviços à comunidade como forma de resarcir os investimentos feitos para sua formação. Tais serviços seriam realizados sob a forma de estágio retributivo obrigatório, que teria a duração de dois anos.

Argumentando em favor de sua proposta, o parlamentar disse que entre os objetivos do projeto está a instituição de vínculo entre os profissionais formados por essas instituições e as comunidades carentes do estado em que residem. Hoje, na avaliação do senador, os estudantes não guardam qualquer relação com a situação das populações que vivem à margem dos muros dos campi universitários.

— E sem o compromisso de interferir na realidade dos menos privilegiados, acabam se formando



Wilson: diplomado por universidade pública deve servir à comunidade

do com recursos públicos para trabalhar apenas em setores que lhes assegurem retorno financeiro — disse Carlos Wilson.

Para o senador, até procede a justificativa de que um profissional médico, que estudou sete ou oito anos, e

realizou dois anos de residência médica, dificilmente iria se dispor a trabalhar em localidades distantes dos grandes centros. No entanto, Carlos Wilson questiona: "Então, por que nós, os contribuintes, temos que pagar a formação de profissionais que depois vão fazer fortunas em clínicas instaladas em áreas nobres, de alto poder aquisitivo?"

Em fevereiro, Carlos Wilson apresentou outro projeto na área de Educação, assegurando 50% das vagas das universidades estaduais a alunos originários das escolas públicas estaduais. Os dois projetos tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Santos pede mais recursos para educação infantil

Pesquisas educacionais indicam que as raízes do insucesso escolar no ensino fundamental encontram-se na falta de oportunidades de acesso à educação infantil. A partir desse diagnóstico, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou três propostas com o objetivo de aumentar os recursos destinados à educação de crianças de até 6 anos.

O senador é autor de proposta de emenda à Constituição que altera a destinação do salário-educação, que passaria a beneficiar também a educação infantil e não apenas o ensino fundamental. Outra iniciativa é o projeto que determina a distribuição aos municípios (responsáveis pela manutenção do ensino infantil) de parte da cota estadual do salário-educação, em proporção ao número de alunos mantidos. E, por último, há o projeto que torna obrigatória a educação a partir dos 6 anos de idade — a legislação atual obriga o oferecimento, pelo poder público, do ensino fundamental, que tem início aos 7 anos.

O fortalecimento do ensino infantil público é fundamental, salientou o senador, na medida em que o grupo etário até 6 anos é constituído em 51% de crianças pobres, enquanto a média do país é de 34%.

— A base da pirâmide populacional, o futuro do país, é hoje formada de maioria de pessoas em situação de pobreza. Assim, é necessário evitar o aumento da população desprivilegiada, com um sério viés étnico contra a população não branca, evidentemente — explicou o senador.

Ricardo Santos chamou atenção para dados contidos nos censos Demográfico e Escolar de 2000, indicando que apenas 23,1% das crianças até 6 anos se encontravam matriculadas. O Plano Nacional de Educação, ressaltou, fixou meta de 30% de atendimento para a faixa de zero a 3 anos nos próximos cinco anos, e de 50% em dez anos. Na educação pré-escolar (de 4 a 6 anos) as metas foram, respectivamente, de 60% e 80%.

Benício: faz 179 anos a Batalha do Jenipapo

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) informou que o estado do Piauí comemorará hoje os 179 anos da Batalha do Jenipapo. O governador Hugo Napoleão, autoridades judiciárias, legislativas, municipais e eclesásticas entregarão a medalha Heróis do Jenipapo.

A Batalha do Jenipapo foi travada no dia 13 de março de 1823, às margens do Rio Jenipapo, em Campo Maior. Do embate entre as forças da Coroa Portuguesa e os brasileiros que defendiam a Independência, resultaram mais de 200 mortos e feridos brasileiros.

Senado lamenta morte de historiador

O Senado aprovou requerimento da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do historiador, jornalista e advogado gaúcho Luiz Carlos Barbosa Lessa, falecido na última segunda-feira, aos 72 anos, em Camaquã (RS).

— Todos nós devemos muito a esse grande brasileiro que nos familiarizou com o valor e a importância do nativismo e do tradicionalismo — disse Emilia Fernandes.

Heloísa repudia fala do presidente do BNB

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou repúdio a declarações que atribuiu ao presidente do Banco do Nordeste (BNB), Byron Queiroz. Segundo ela, o dirigente da instituição financeira a teria acusado, na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Fortaleza, de ter causado todos os embaraços possíveis para impedir uma operação de crédito para os estados nordestinos.

Segundo Heloísa Helena, o presidente do BNB teria afirmado também que ela foi "forçada por todos os governadores do Nordeste" a devolver à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a mensagem presidencial solicitando a aprovação do empréstimo, da qual tinha pedido vista.

— Como meu pai morreu quando eu tinha três meses de idade, ainda está para nascer o homem para me pressionar a fazer qualquer coisa, seja na vida pública ou na vida privada — disse. Heloísa Helena afirmou ter obrigação de dizer que a única coisa que fez foi atuar com zelo. "Se alguém está pensando que meu mandato na CAE é um anexo do BID, está enganado. Quero deixar claro meu repúdio a essa declaração irresponsável."

RESPONSABILIDADE

A parlamentar explicou que, sem acesso ao parecer do Banco Central ou da Secretaria do Tesouro Nacional sobre o empréstimo, fez o que manda a Constituição. Ou seja, disse, pediu vista da matéria para exercer "com responsabilidade" seu



Heloísa Helena afirma que não tentou dificultar operação de crédito para estados do Nordeste

mandato. Depois de ter ocorrido o pedido de vista, informou, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, lhe telefonou, colocando à disposição qualquer documento de que precisasse, o que não foi necessário.

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), solidarizou-se com a senadora, dizendo que ela colaborou na aprovação do projeto, tanto exercitando seu direito de fiscalizar como ao concordar com a antecipação da reunião que acabou por aprovar a matéria. O parlamentar acrescentou, no entanto, que, nas várias reuniões em que esteve ao lado de Byron Queiroz no encontro do BID, nada ouviu sobre a senadora.

— Se tivesse dito, teria refutado na hora, porque também considero que os senadores não podem nem devem ser pressionados — afirmou Lúcio Alcântara, exaltando ainda a combatividade e a postura ativa da senadora.

CFC pode pedir explicações sobre diligências na Lunus

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve votar hoje requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitando ao ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, informações sobre as diligências realizadas pela Divisão de Crime Organizado da Polícia Federal no escritório de consultoria do empresário Aldenor Cunha Rebouças e na empresa Lunus Serviços e Participações, de propriedade de Jorge Murad e da governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

Em outro requerimento, He-

loísa Helena e Eduardo Suplicy (PT-SP) propõem a realização de audiência pública para o esclarecimento da ação da Polícia Federal.

Os senadores sugerem no requerimento que sejam convidados para a reunião pública o diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, e os delegados Hêlbio Dias Leite e Paulo Tarso. O delegado Paulo Tarso é coordenador da Divisão de Crime Organizado da Polícia Federal em Brasília.

A reunião da comissão está marcada para as 11h30.

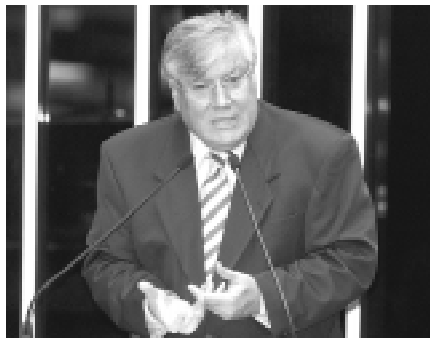
Lando discorda de decisão do TSE sobre coligações

Pode ser votado hoje parecer do senador ao projeto de decreto legislativo que garante aos partidos liberdade de se coligarem nos estados e municípios

No relatório que apresentará ao Plenário do Senado, possivelmente hoje, sobre o projeto de decreto legislativo que anula decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre coligações, o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmará que a instituição "não interpretou, e sim alterou, as regras das eleições" deste ano. Lando dirá que essa é a mesma opinião de juristas que consultou.

— O TSE alterou radicalmente um panorama eleitoral manso e pacífico a menos de um ano das eleições. Isso fere o artigo 16 da Constituição — disse.

Para Lando, o tribunal não pode, a título de disciplinar as eleições, modificar um sistema que foi aplicado nos últimos pleitos sem contestação.



Para Amir Lando, TSE "não interpretou, e sim alterou, as regras das eleições"

O senador é relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do projeto de decreto legislativo apresentado semana passada pelo senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB. Por acordo de líderes, o parecer será apresentado diretamente ao Plenário, assim que a pauta de votações for desobstruída. Cerca de 30 matérias estão

pautadas, mas não podem ser apreciadas enquanto os senadores não votarem três medidas provisórias. Por lei, uma MP tranca a pauta, quando se aproximar seu prazo final de vigência, até que seja votada. Caso isso não ocorra, a medida perde eficácia.

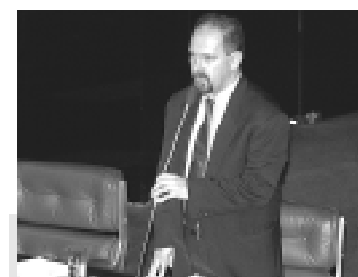
O projeto de Renan Calheiros determina que não se aplica às eleições de 6 de outubro deste ano a resolução do TSE que exige verticalização das coligações. Com a medida, as coligações nos estados têm de ser necessariamente idênticas às realizadas para as eleições à Presidência da República.

Para ser aprovado, o projeto exige apenas maioria simples. Calheiros sustenta que, com o decreto legislativo, o Congresso estará resolvendo o problema criado pelo TSE sem ferir "os limites de cada Poder do Estado".

Cinco partidos questionam medida no STF

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) informou ontem ao Plenário que o PT, PPS, PCdoB, PL e PSB entraram no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que obriga as coligações partidárias estaduais a seguir a aliança para a Presidência da República.

A verticalização das coligações demonstra que o TSE "quer tutelar ações de âmbito político, passando por cima das prerrogativas do Poder Legislativo",



José Eduardo Dutra considera que decisão do TSE "quer tutelar ações de âmbito político"

avalia Dutra.

— A lei que vigorou nas eleições de 1998 se manteve inalterada até este ano, e não caberia, de forma

alguma, ao TSE introduzir num período eleitoral novos procedimentos para as alianças, o que significa profundas mudanças de última hora nas regras do jogo — afirmou.

José Eduardo Dutra informou que está em tramitação no Senado proposta de emenda constitucional para revogar a decisão do TSE, elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que será votada, provavelmente, na reunião de hoje. A proposta tem como relator o senador José Fogaça (PPS-RS).

Aprovadas indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem por unanimidade a indicação do diplomata José Alfredo Graça Lima para exercer o cargo de embaixador-chefe do Brasil na União Européia. O relator da mensagem presidencial, senador Romeu Tuma (PFL-SP), destacou a capacidade intelectual do embaixador e sua experiência no continente europeu.

Graça Lima disse que pretende fortalecer vínculos culturais, sociais e políticos, além de incrementar as negociações em torno do comércio entre o Mercosul e a

União Européia, especialmente na área da agricultura, "questão que interessa muito ao Brasil". O diplomata lembrou que o Itamaraty já vem atuando nessa área com a Comissão Mista Brasil-União Européia, e

que seria importante aumentar a interação entre o Parlamento Europeu e o Congresso Nacional.

A comissão aprovou ainda a escolha do embaixador do Brasil



A Comissão de Relações Exteriores acatou por unanimidade os nomes dos diplomatas

na África do Sul, Jório Salgado Gama Filho, para exercer cumulativamente o cargo em Botsuana e Lesoto. O relator foi o senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

CAE debaterá compra da Garoto pela Nestlé

A audiência pública, que ainda não tem data marcada, foi proposta por Paulo Hartung. Senador teme que a operação provoque demissões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento do senador Paulo Hartung (PSB-ES) para realização de audiência pública destinada a discutir a aquisição da fábrica de chocolates Garoto pela multinacional Nestlé. "Esse é um momento de tristeza para o meu estado. Os capixabas estão de luto", disse o senador, ao destacar que os bombons Garoto, ao longo dos anos, transformaram-se em símbolo do Espírito Santo.

Hartung mostrou-se apreensivo com os rumores em torno da demissão de trabalhadores da empresa adquirida. De acordo com o requerimento, o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), João Grandino Rodas, será convidado a debater o tema. Não foi ainda definida a data do encontro.

Com a aquisição da Garoto, segundo Hartung, a Nestlé passará a deter mais de 53% do mercado brasileiro de chocolates, fato que ele considera preocupante, principalmente com relação aos interesses dos consumidores.

— Importa que o Senado, por sua câmara técnica especializada, seja informado das providências adotadas pelo Cade para evitar a concentração do setor mediante abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros,



A Comissão de Assuntos Econômicos também concedeu vista coletiva às propostas que flexibilizam as regras para empréstimos a estados e municípios

detalhando-as e esclarecendo as dúvidas, principalmente porque essa política de aquisições faz parte de uma estratégia mundial daquela companhia — observou Hartung.

Segundo o senador, é preciso que o Cade explique os compromissos que foram impostos à Nestlé ao se autorizar a operação.

EMPRÉSTIMOS

Também ontem a CAE concedeu vista coletiva às propostas do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que tornam mais flexíveis as regras para concessão de novos empréstimos a estados e municípios. Alcântara explicou que as modificações estão sendo propostas após terem sido ouvidos diversos governadores e prefeitos. O senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da matéria, chegou a concluir a leitura do parecer. Entretanto, com o pedido de vista, o tema retorna para ser votado na

comissão amanhã, em reunião extraordinária às 9h.

A CAE aprovou, ainda, o envio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — a fim de dirimir dúvidas sobre constitucionalidade — da proposta do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que cria fundos nos âmbitos federal, estadual e municipal de apoio à Defesa Civil para a concessão rápida de socorro em situações de calamidade.

Já a proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) que prevê a destinação de recursos compensatórios para estados e municípios com áreas indígenas ou de preservação ambiental foi retirada de pauta. Embora tenha parecer contrário do relator, senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), a proposta recebeu várias manifestações de apoio, entre elas as dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Carlos Bezerra (PMDB-MT).

as para divulgação das ações objeto dos convênios poderão beneficiar-se da requisição de horários gratuitos junto aos concessionários de serviços de radiodifusão.

Os convênios poderão ser realizados nas áreas de educação e ensino, para melhoria das condições sanitárias e da saúde pública, combate à pobreza, geração de emprego e renda, preservação ambiental, desenvolvimento científico e tecnológico, proteção de bens culturais, fomento da produção agropecuária e desenvolvimento urbano.

Os princípios que devem reger os convênios tomarão como base a sustentabilidade ambiental,

econômica e social, a unicidade e descentralização da gestão e a precedência na tramitação e na continuidade, de modo a exigir das autoridades compromisso com a sua execução.

UNIÃO

Ainda conforme o projeto aprovado, sempre que os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) participarem de um mesmo convênio, a União se responsabilizará pela metade dos recursos previstos, enquanto os estados ou o Distrito Federal e os municípios repartirão igualmente entre si os restantes 50%. Desde que explicitados previamente, esses percentuais poderão ser modificados.

Maldaner quer criação de fundo contra calamidades

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) informou ao Plenário que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) concordaram, ontem, com o mérito de seu projeto que cria o Fundo Especial para Calamidades Públicas e Defesa Civil.

Foram levantadas, no entanto, questões quanto à constitucionalidade da proposta, e a CAE decidiu ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto estabelece que o fundo será formado pela arrecadação de 0,5% de todas as operações de seguro no país. Os recursos seriam divididos em partes



Maldaner: senadores da CAE concordam com mérito do projeto

iguais entre as agências de defesa civil federal, dos estados e dos municípios. O relator do projeto, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), considera que o projeto é inconstitucional, por entender que cabe ao presidente da Repú-

blica a iniciativa de criar esse tipo de intervenção no domínio econômico.

Casildo Maldaner afirmou que os brasileiros são imprevidentes e, embora saibam que o país sempre enfrenta secas no Nordeste e enchentes no Centro-Sul, todo ano "há uma correria atrás de dinheiro para combater os efeitos dessas calamidades".

Mauro defende uso do FGTS para casa própria no campo

Autor do dispositivo constitucional que fixa como um dos direitos fundamentais do brasileiro o acesso à moradia própria, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse ontem que é possível utilizar recursos do Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS) no financiamento de habitações rurais. Ele pediu que todas as instâncias do governo se empenhem em programas de financiamento de moradias no campo, em especial para a população de baixa renda.

O senador lastimou que "tenha



Mauro: medida estimulará fixação do homem no campo

cristalizado nos agentes e órgãos do governo" a prática de só financiar imóveis para pessoas de baixa renda nas áreas urbanas. Em sua opinião, os moradores do campo são alijados da possibilidade de aquisição da casa própria financiada com recursos

do FGTS.

Mauro propôs que o conselho curador do FGTS crie projeto de financiamento de imóveis rurais para pessoas de baixa renda. Ele citou as vantagens que adviriam desse investimento, como o estímulo à fixação dos agricultores no campo.

Suplicy propõe voto de pesar pela morte de economista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou à Mesa requerimento de pesar pela morte, segunda-feira, do Prêmio Nobel de Economia James Tobin. Professor da Universidade de Yale e um dos principais assessores

do ex-presidente norte-americano John Kennedy, Tobin, disse, "contribuiu para construir um mundo mais justo".

Suplicy destacou que o economista foi um dos idealizadores da renda mínima. Tobin defendia a cri-



Suplicy: James Tobin foi um dos idealizadores da renda mínima

ação de renda básica ou de imposto negativo, ressaltou. Ele lembrou que o mundo tem discutido a proposta de instituir taxa sobre transações internacionais, conhecida por Taxa Tobin. Os recursos arrecadados constituiriam fundo para promover a cidadania nos países em desenvolvimento.

— Tenho certeza de que, se tivéssemos seguido os conselhos de Tobin, estaríamos em muito melhor situação do que hoje.

Mozarildo critica proposta de não remunerar vereador

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz o número mínimo de vereadores e extingue seus vencimentos nos municípios com até 20 mil habitantes foi criticada ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

— Ao invés de cortar o salário dos vereadores das cidades com menos de 20 mil habitantes, faria mais sentido que fosse extinta a remuneração dos vereadores das câmaras das grandes cidades, como São Paulo, Rio Janeiro, Belo Horizonte e outras, que têm estruturas enormes, pagas com o dinheiro público — disse o senador.

Ele lembrou que as despesas da Câmara de Vereadores de São Paulo correspondem “quase” aos gastos da União com a Câmara dos Deputados. Por que, então, não cortar pela metade a representação de deputados federais dos estados?, questionou o senador. São Paulo, com 70 deputados, passaria a ter 35, e o menor estado, com oito, passaria a ter quatro, o que representaria uma economia significativa, de mais de R\$ 3 milhões por mês.

LIMITES

Mozarildo alertou para o fato de que, dos 5.561 municípios brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 4.119 têm menos de 20 mil habitantes. Ele disse também que a proposta de emenda à Constituição é “um atentado contra a célula da nação” e que a Lei de Responsabilidade Fiscal já estabelece os limites de gastos do Legislativo. Os vereadores das pequenas cidades são, frisou o senador, “o primeiro batente” para os mais humildes. É ao vereador que o eleitor recorre na busca de recursos para suas necessidades, acrescentou.

O senador também registrou a presença do deputado estadual Sebastião Silva, de Roraima, no Plenário do Senado. Conforme disse, o parlamentar está em Brasília para defender os interesses da Polícia Militar de seu estado. Hoje será instalada a comissão para analisar a medida provisória que trata da correção dos salários dos policiais militares de Roraima e Amapá.



Mozarildo destaca papel do vereador

Projetos na área de saúde dominam a pauta da CAS

Uma das propostas que devem ser votadas hoje cria carteira para registro dos atendimentos prestados às mulheres pelo SUS

Entre as 20 matérias que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem para analisar na reunião marcada para as 9h de hoje, nove tratam de assuntos relacionados com o setor de saúde, como o projeto da Câmara que institui a carteira nacional da saúde da mulher. A idéia, que já conta com a aprovação da relatora, senadora Maria do Carmo (PFL-SE), é possibilitar que a mulher seja inscrita

em programas de saúde feminina mantidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O documento, que funcionaria de maneira similar a uma carteira de vacinação infantil, permitiria o registro e o acompanhamento dos

atendimentos prestados às mulheres, com relevância para os de prevenção e controle do câncer ginecológico e de mama. O fato de não portar a carteira, no entanto, não impediria que a paciente recebesse o atendimento buscado.



Maria do Carmo deu parecer favorável à carteira nacional da saúde da mulher

Freire sugere combate biológico ao “Aedes aegypti”

O senador Roberto Freire (PPS-PE) questionou a posição do governo de não adotar o uso de larvicidas biológicos para eliminar o *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue. Em sua opinião, as autoridades do setor de saúde deveriam abandonar velhas práticas que já demonstraram ineficácia — como o chamado “fumacê” — e investir em pesquisas baseadas no combate biológico ao inseto.

Freire lembrou que tanto seu estado, Pernambuco, quanto o estado do Rio de Janeiro, os dois mais atingidos pela epidemia da dengue, têm pesquisas desenvolvidas, em estágio avançado, de uma fórmula à base de bactéria para combater o *Aedes aegypti*. As pesquisas foram

desenvolvidas, em Pernambuco, pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/Fiocruz em conjunto com o Departamento de Antibióticos da Universidade Federal de Pernambuco, o Instituto de Pesquisas Agropecuárias e o laboratório estatal pernambucano; e, no Rio de Janeiro, pela Farmanguinhos — Fiocruz, informou o senador.

O larvicida é utilizado há mais de 20 anos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na África contra um tipo de filariose (cistos nos vasos linfáticos ou elefantíase), deta-



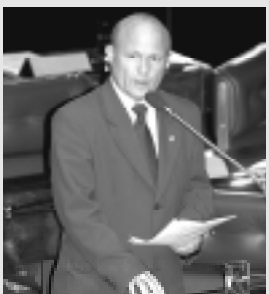
Freire lamenta que autoridades insistam com o método químico

hou Freire, e é extremamente eficiente e seletivo, por só matar as larvas, sem provocar danos a outros organismos biológicos.

— Essa que seria, talvez, a forma mais eficaz de combater a epidemia, não está sendo considerada. As autoridades insistem no método químico, apontado pelos estudiosos como totalmente impróprio, porque age contra todos os organismos vivos, provocando doenças respiratórias e irritações na pele. Aventa-se até que possa provocar câncer — alertou Freire.

Rocha dá parecer favorável a cotas para negros

O relator do projeto de lei que estabelece cotas de 20% para afro-brasileiros nas vagas disponíveis em universidades e empregos públicos, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), adiantou ontem as principais alterações que fazem parte do parecer que apresentará hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O



Sebastião Rocha elaborou substitutivo à proposta de José Sarney

projeto é do senador José Sarney (PMDB-AP). “Faço questão de ressaltar sempre que o autor intelectual do projeto é o senador Sarney”, afirmou.

Rocha espera que a CCJ vote seu parecer até o próximo dia 20, pois no dia seguinte comemora-se o Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial. Dentre as al-

terações que sugere em seu substitutivo, o senador listou a adoção de ações afirmativas na forma de campanhas educativas, alteração do conteúdo de livros didáticos, bolsas de estudos e mecanismos de incentivo à inclusão em partidos políticos. Rocha também sugere a inclusão do item “cor” nas certidões de nascimento, já obrigatório nas certidões de óbito. Além disso, ele explicou que a lei, uma vez aprovada, terá prazo de seis meses para entrar em vigor e a duração de 50 anos.

Calheiros pede construção de usina em Alagoas

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro de Minas e Energia, Pedro Parente, para que efetivem a intenção, já constante de projeto, de construção da termelétrica de Alagoas. Ele disse que, apesar de o empreendimento ter relevância estratégica para o desenvolvimento da economia do estado e de todo o Nordeste, não chegou a sair do papel.

Calheiros lembrou que a construção de termelétricas faz parte do programa de ampliação da oferta de energia. Mas, advertiu, o programa está tendo dificuldades para deslançar.

Entre os motivos alegados para adiar o início da construção da Termoalagoas, informou, estão entraves burocráticos, carência de recursos, cronograma curto para as obras e licenças ambientais. Ele criticou também o fato de estados com potencial menor e até mesmo inexpressiva produção de gás natural já terem conseguido viabilizar suas usinas termelétricas.

Dirigente da ANA expõe situação do Rio São Francisco

A Comissão Especial do Rio São Francisco ouviu ontem o superintendente de cobrança e conservação da Agência Nacional de Águas (ANA), Antônio Félix Domingues, que apresentou os principais problemas do rio e as ações da agência para a revitalização de sua bacia hidrográfica.

Pelo diagnóstico da ANA, o rio encontra-se ameaçado pelo desmatamento para a exploração agropecuária, que gera erosão, queda de barrancos e assoreamento, e pela exploração desordenada da água subterrânea, problemas que diminuem sua vazão.

Para o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator da comissão, essa questão é justamente a mais preocupante.

— O principal problema da bacia do São Francisco é a falta de água. Precisamos ter volume de água e sobretudo regularizar a vazão do rio — disse.

Ornelas defendeu a aprovação pelo Senado de proposta de emenda à Constituição que vincula recursos à revitalização do São Francisco. Segundo ele, os recursos aplicados pelo governo federal são insuficientes.

A reunião da Comissão do São Francisco foi presidida pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).



Renan Calheiros

Márcia Kalume

Saturnino vê com surpresa crítica do presidente ao FMI

Senador disse que Fernando Henrique, ao longo de seu governo, vem cedendo a pressões do Fundo, em detrimento de interesses da população

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) manifestou-se ontem, em Plenário, surpreso com a declaração do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sobre o tratamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) para com os chefes de Estado da América do Sul. O presidente disse que o Fundo age "como se os dirigentes da América Latina fossem analfabetos".

Depois de anos governando de acordo com a política do FMI, disse o senador, a frase de Fernando Henrique é surpreendente.

— Será que o presidente só percebeu isso agora? — indagou o parlamentar, lembrando que essa crítica ao Fundo Monetário vem sendo feita há anos pela oposição.

A declaração de Fernando Henrique foi feita durante a solenidade de abertura da 43ª Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O encontro reúne, até hoje, representantes dos 46 países associados, no Centro de Convenções do Ceará, em Fortaleza.



Roberto Saturnino também comentou denúncias de corrupção no TRF sediado no Rio

Depois de afirmar que o presidente, ao longo de seu governo, vem cedendo às pressões e orientações do Fundo, Saturnino acrescentou que os interesses da população estão sendo afetados duramente pela ação neoliberal do FMI.

— Se o presidente sabia disso, por que continuou praticando a mesma política? Se Fernando Henrique não sabia disso, o Fundo tinha razão em tratar dessa forma os dirigentes da América do Sul — disse.

JUDICIÁRIO

Roberto Saturnino elogiou a série de reportagens que o jornal *O Globo* publica desde o último sábado, denunciando corrupção

no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro, e atribuindo a uma máfia sentenças que beneficiam entidades privadas em ações contra a União.

— São denúncias chocantes. O Superior Tribunal de Justiça deve apurar esses comportamentos inaceitáveis de juízes federais do Rio de Janeiro, com suspeitas gravíssimas de delitos cometidos em conjunto com advogados, o que aparenta a existência de uma verdadeira máfia no seio da Justiça Federal do Rio — frisou ele.

O parlamentar cumprimentou os autores da reportagem, Chico Otávio, Bernardo de La Penha e Renato Garcia, salientando que os dados seguros da investigação evidenciam um trabalho de "grande espírito público". Saturnino também manifestou dúvidas quanto à atuação do TRF 2ª Região.

— O Judiciário não sabe de nada sobre tais atos? Custa a crer que o fato fosse ignorado — observou.

O senador disse que o caso evidencia a necessidade de controle externo do Judiciário, o que tem sido defendido pelo presidente do STJ, ministro Costa Leite.

Márcia Kallume

Tebet volta a defender acordo para desobstrução da pauta

O presidente do Senado, Ramez Tebet, voltou a apelar às lideranças partidárias para que cheguem a um acordo capaz de desobstruir a pauta de votações, travada por não haver entendimento para a deliberação sobre três medidas provisórias (MPs).

Já o senador Romero Jucá (PSDB-RR), referindo-se às MPs que alongam as dívidas do crédito rural e criam um seguro destinado a garantir renda mínima a agricultores do Nordeste e do semi-árido de Minas Gerais, observou que elas foram editadas num cenário diferente do atual. Então, disse, o país tinha uma arrecadação não sujeita ao atraso que está prestes a se configurar,

caso não seja aprovada a emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Lembrando que está se esgotando o prazo para que a CPMF seja prorrogada, Jucá disse que, a partir de 18 deste mês, cada dia representará um ônus para o erário, se não continuar em vigor a cobrança da contribuição. Se as duas MPs forem emendadas no Senado, elas voltam à Câmara, obstruindo novamente a pauta daquela Casa e impedindo que seja votada a prorrogação da CPMF. Daí por que ele afirmou que, sem um entendimento em torno dos destaques apresentados às MPs, a liderança do governo também está em obstrução.

Valadares quer solução para dívida de produtores rurais



Valadares: medidas oficiais agravaram a situação

Os produtores rurais precisam da medida provisória (MP) que estabelece o alongamento das suas dívidas, disse ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), após a suspen-

entre PSDB e PFL, que estaria motivando a obstrução.

Valadares enfatizou que as dívidas rurais são uma verdadeira novela sem fim, que se arrasta desde a década de 80, e a MP poderia dar a perspectiva de uma negociação efetiva entre os agentes financeiros e os produtores. Os sucessivos planos econômicos acrescentaram ao montante da dívida rural a correção monetária, considerada pelo senador "um veneno".

As medidas adotadas pelo governo federal, na opinião de Antonio Carlos Valadares, provocaram o agravamento do problema, em vez de minorá-lo.

são da ordem do dia em que seria votada a matéria. De acordo com o senador, pauta tão importante como essa não pode ser travada por interesses políticos, pois, observou, os produtores não têm nada a ver com o desentimento

Porto considera injustiça MP não incluir o Prodecer



Para Arlindo Porto, suas emendas podem resolver o problema

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) alertou ontem para o que considera uma injustiça com os produtores rurais financiados pelo Programa de Coopera-

A MP é uma das três medidas que bloqueiam a pauta do Senado. De acordo com Arlindo Porto, duas emendas que apresentou ao texto da matéria — cujo destaque na votação foi pedido pelo líder de seu partido, Carlos Patrocínio (TO) — poderiam resolver o problema. O senador acrescentou que vários produtores do Prodecer estão em dificuldades, momentaneamente inadimplentes, sendo necessário encontrar uma solução para suas dificuldades.

Arlindo Porto ressaltou que a renegociação não significa perdoar a dívida dos agricultores.

Para Lauro, Brasil faz dever ditado pelo Fundo

O senador Lauro Campos (PDT-DF) considerou lamentável, ontem, a declaração do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no encontro do BID em Fortaleza (CE), de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) trata os líderes latinos como se fossem analfabetos. Para o senador, a atitude "pretensamente desobediente" do presidente contrasta com o fato de ele ter declarado ao longo dos últimos sete anos de governo que o "Brasil tem feito o dever de casa ditado pelo FMI".

— Com essa declaração ele quer mostrar uma independência que em todas as negociações com o Fundo demonstrou não ter — declarou.

Lauro Campos disse que a fala do presidente tem como objetivo construir uma imagem que agra-



Lauro Campos: presidente quis mostrar independência que não demonstrou nas negociações

de ao público e satisfaça seu próprio ego, ressaltando que Fernando Henrique "é narcisista". Ele acrescentou que a vaidade do presidente pode ser comprovada pela coleção de honrarias e títulos adquiridos nas várias viagens que fez ao exterior.

Em sua última viagem, à Polônia,

o presidente recebeu uma placa de bronze onde o seu nome estava escrito errado, disse o senador. O episódio comprova que os títulos não são decorrentes dos méritos intelectuais de Fernando Henrique, que recebeu a maioria das honrarias depois que se tornou presidente, disse.

Com base em uma reportagem do jornal *Valor Econômico* da última segunda-feira, Lauro Campos afirmou que Fernando Henrique faz mais viagens ao exterior do que o papa João Paulo II. O parlamentar acredita que o presidente tenta fazer uso político dessas viagens, nas quais aparece como estadista cosmopolita. Dessa forma, completou, o presidente deixa claro que está acima dos latinos e longe de ser um analfabeto.

Rosevelt Pinheiro

Rosevelt Pinheiro